

Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo*

Natalia Pietra Méndez**

Neste artigo, busca-se discutir as influências sociais, culturais e econômicas que contribuíram para a formulação de um discurso e práticas coletivas feministas¹. Com efeito, esse discurso passou a se manifestar na Europa e nos Estados Unidos ainda no século XIX, sendo que, no caso do Brasil, o mesmo fenômeno ocorreu nas últimas décadas deste e nos primórdios do XX. A elaboração de um discurso político feminista está intimamente associada às mudanças ocorridas, principalmente a partir da Segunda Revolução Industrial, que trouxeram consigo transformações na divisão sexual do trabalho, em consequência de uma maior inserção feminina no trabalho considerado produtivo. Assim, parte-se do princípio de que o avanço do capitalismo e o consequente ingresso das mulheres no mundo do trabalho colaboraram para desestabilizar a divisão entre o mundo público (reservado aos homens) e o privado (lugar das mulheres). Ao ingressar em esferas anteriormente reservadas aos homens, as mulheres passaram a se organizar, para reivindicar o reconhecimento de sua igualdade e autonomia, e a elaborar um contraponto aos saberes científicos e filosóficos que justificavam a dita “inferioridade” feminina, a suposta inaptidão para assuntos públicos, como a política.² Entre o final do século XIX e princípios do século XX, discursos e práticas feministas passaram a ocupar um espaço social de maior visibilidade, o que contribuiu para a conquista de importantes direitos civis. Sem dúvida, a trajetória do feminismo está, de alguma forma, relacionada com essas primeiras formas de organização de mulheres, que contribuíram para gerar uma cultura social favorável à progressiva emancipação feminina, a superar um hiato entre os espaços público e privado.

Trabalho feminino: emancipação, moral proletária e moral burguesa

Ao estudar o feminismo, é preciso considerá-lo tanto uma teoria que busca analisar as relações entre os sexos na sociedade quanto um movimento social, com implicações culturais e políticas, que luta pela superação das desigualdades. As origens desse conceito, conforme Decaux (1972), podem ser atribuídas a um movimento de mulheres surgido na França, entre 1830 e 1840, que reivindicava igualdade de direitos no matrimônio e acesso às profissões.

O aparecimento de escritos feministas e de movimentos de mulheres pela sua emancipação remonta a uma época muito anterior aos anos de 1960, data emblemática para o feminismo mundial. No século XIX,

* Este artigo foi realizado a partir da Dissertação de Mestrado **Discursos e Práticas do Movimento Feminista em Porto Alegre (1975-1982)**, defendida pela autora no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, com apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (Cnpq) e orientada pela Professora Doutora Claudia Wasserman.

** Professora e Doutoranda em História do Programa de Pós-Graduação de História da UFRGS.

¹ Na Dissertação de Mestrado **Discurso e Práticas do Movimento Feminista em Porto Alegre (1975-1982)**, argumenta-se que esse “discurso feminista” surge a partir da tomada de consciência de uma opressão específica que atinge as mulheres, articulada por um discurso misógeno com base na ciência, na lei, nos costumes, na religião e nas relações sociais de produção. Para se contraporem, as mulheres passaram a elaborar um discurso político próprio e a se identificar enquanto um grupo social com identidade própria: as feministas.

² Referem-se, aqui, os padrões científicos vigentes no século XIX, para os quais existiam duas espécies: o homem, dotado de cérebro e razão; e a mulher, ser irracional e sentimental.

assistimos a diversas experiências de organizações que questionaram o papel social das mulheres, exigiram direitos civis, como o acesso à formação superior, ao voto e à participação política. As ativistas vinculadas a essa luta ficaram conhecidas como “sufragistas”, e suas manifestações foram ouvidas no Velho e no Novo Continente. França, Estados Unidos e mesmo o Brasil registraram a experiência de mulheres contrárias aos padrões de feminilidade da época.³

Na maioria dos casos, a consciência feminista manifestava-se lado a lado com o engajamento das mulheres em outras causas libertárias. Foi assim, por exemplo, nos Estados Unidos, onde, no século XIX, muitas foram opositoras ao regime escravista. Ao contrário da imagem que em alguns casos é disseminada, boa parte das feministas do século XIX não pretendiam ser como os homens ou ocupar seus espaços, mas apenas almejavam acesso aos mesmos direitos, ou seja, ao reconhecimento da sua liberdade: “A mulher precisa não de agir ou dominar como mulher e sim de uma natureza para evoluir, um intelecto para discernir, uma alma para viver livremente, e a possibilidade de desenvolver sua potencialidade”, declarou, no final do século XIX, a feminista norte-americana Margaret Fuller.

A proliferação do feminismo no século XIX pode ser associada a vários fenômenos, vinculada, indubitavelmente, ao processo de implementação e consolidação do capitalismo. O incremento da instrução escolar para a população feminina foi uma demanda da sociedade capitalista. Era necessário capacitar minimamente as mulheres da classe proletária para o desempenho das atividades laborais. Ao mesmo tempo, aquelas pertencentes a classes mais elevadas passaram a ter acesso à leitura e à escrita, pois ser letrada constituía um atributo necessário à boa esposa e mãe de família. Os graus de instrução variavam de acordo com a classe social, mas, em meados do século XIX e princípios do século XX, até mesmo as operárias possuíam mais facilidades de acesso à alfabetização. Portanto, é possível afirmar que, nesse período, um número significativo da população feminina dos Estados Unidos e da Europa sabia ler e escrever. A massificação da alfabetização teve uma repercussão fundamental para a proliferação de idéias emancipacionistas entre as mulheres.

O acesso à educação ocorreu junto com o ingresso cada vez maior no mundo do trabalho. Mulheres e homens, lado a lado, estavam inseridos no processo produtivo. O fato em si não alteraria, de imediato, a relação subordinada das operárias na sociedade. Estas ocupavam as piores funções no trabalho produtivo, as menos remuneradas. Aos olhos de seus irmãos, pais e maridos, o trabalho feminino não era visto como algo natural, mas decorrente da pauperização familiar. O historiador Eric Hobsbawm (1996), em seu livro **A Era do Capital**, fornece um exemplo dessa situação: em 1951, na cidade inglesa de Preston, 52% de todas as famílias operárias, com crianças que ainda não possuíam idade para trabalhar, viviam abaixo da linha da miséria. Portanto, o trabalho das mulheres, assim como o infantil, era uma espécie de “mal necessário”, um recurso para engrossar as parcas rendas da casa. Entretanto é inegável que o ingresso maciço das mulheres no processo produtivo contribuiu para alimentar algumas problemáticas no seio da sociedade. As mulheres seriam mesmo menos competentes do que os homens para o trabalho? Como o dito sexo frágil era capaz de acumular jornadas extenuantes no trabalho assalariado e no doméstico?

O capitalismo evidenciou para o âmbito do mundo público a discriminação que as mulheres enfrentavam no mundo privado. A entrada das mulheres na produção possibilitou um crescente movimento de organização das trabalhadoras na luta por direitos iguais e pela ruptura com um sistema que as oprimia pela sua condição de mulher e de trabalhadora. As mulheres passaram a integrar o movimento operário,

³ Michelle Perrot destaca o número relevante de jornais feministas, em toda a Europa, no século XIX: “Elizabeth Sharpes funda ‘Isis’ no início do século XIX na Inglaterra. Em 1832 os saint-simonianos lançam ‘La Femme Libre’ e, em seguida, ‘La Femme Nouvelle’ e depois ‘La Tribune des Femmes’. A mesma coisa em 1848: enquanto Eugénie Niboyet funda em Paris ‘La Voix des Femmes’, que se transformou em ‘L’Opinion des Femmes’, Louise Otto cria em Leipzig o ‘Frauenzeitung’, que tem como divisa: ‘Recruto cidadãs para o reino da Liberdade’” (Perrot, 1998. p. 82).

lutando ao lado dos homens pela superação do capitalismo que os oprimia. Contudo as pautas específicas das mulheres nem sempre eram absorvidas pelo conjunto do movimento operário. Em 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores aprovou, como uma das principais reivindicações, o fim do trabalho feminino e do infantil. No final do século XIX, a participação das mulheres em sindicatos e em associações de trabalhadores chegava a 10%. Suas ações políticas eram marcadas por uma espontaneidade que incomodava e constrangia os colegas do sexo masculino, como é relatado neste episódio de uma manifestação ocorrida na Europa, no final do século XIX:

“Em dado momento, no curso de uma greve, as mulheres, irreverentes, chegaram a mostrar o traseiro a uma autoridade local, que se recusou a recebê-las. Tal atitude era vista com maus olhos por parte das lideranças sindicais, que se esforçavam para que não se comentasse o assunto. (...) Pretendiam ‘organizá-las’ (...) que se adequassem às formas tradicionais de organização. E, se possível, que fossem dirigidas pelos homens” (Martinho, 2003, p. 204).

Não é necessário utilizar a imaginação para compreender o quanto a presença das mulheres na produção exigiu, paulatinamente, uma nova estruturação das relações de gênero. O tema foi alvo de inúmeras reflexões, que não se limitaram ao campo da ciência. No romance **Germinal**, Émile Zola descreveu o quanto a destreza feminina na execução de certas atividades era surpreendente e, por vezes, constrangedora para os “camaradas” do sexo oposto. Ao mesmo tempo, relatou a dupla jornada das mulheres, que eram as primeiras a levantar e preparar o café para toda a família, cumprindo duras jornadas de trabalho:

“O rapaz, cujos olhos se iam acostumando ao escuro, encarava-a e via-a branca, com a sua tez de clorose; e não lhe podia atribuir a idade, apenas lhe dava onze anos, tão raquítica lhe parecia. Todavia, sentia-a mais velha, com a sua liberdade de rapaz e o seu ingênuo descaramento, que o molestava um pouco; a moça desagradava-lhe, achava mesmo muito gaiata a sua cabeça lívida de Pierrot, amarrada nas fontes pelo lenço. Mas o que lhe causava espanto era a força dessa criança, uma força nervosa em que havia muita destreza. Ela enchia o seu vagão mais depressa do que ele, a pazadas regulares e rápidas; depois, empurrava-o até o plano inclinado, com um só impulso lento, sem tropeçar, passando sem dar isso por debaixo das rochas mais baixas. E ele ralava-se, descarrilava, ficava a pedir socorro” (Zola, 1996, p. 45).

O trecho acima ilustra a contradição vivida pelo trabalhador mineiro, que constatava a fragilidade de sua colega, ao defini-la como uma criança raquítica, mas, ao mesmo tempo, ficava admirado pela sua destreza para o trabalho. A jovem Catarina, de apenas 16 anos e com o físico ainda infantil, ensinava a Estêvão o ofício de mineiro, carregando seus vagões com força, suportando o calor das profundezas das minas. Esse pequeno exemplo trazido da ficção — que impressiona pela veracidade com que trata o cotidiano nas minas, no final do século XIX — ilustra o quão contraditória era a nova situação da mulher no mundo do trabalho. Ora vista como uma vítima, como uma criança desprotegida, ora demonstrando uma capacidade produtiva igual à dos homens. As imagens das mulheres no século XIX são retratadas de forma difusa, oscilando entre a fragilidade e a força. Ao mesmo tempo em que são consideradas vulneráveis e incapazes, estão ao lado dos homens, garantindo a sobrevivência da família.

Essa contradição é típica de uma moral proletária que se estabeleceu no século XIX. Moral que se fundava em três paradigmas. Primeiro, o saudosismo pela vida no campo, ligada à terra, uma sensação de que o mundo rural representava a liberdade do homem e da família. Não existiam um patrão personificado em uma fábrica e um relógio que controlasse a hora de entrar e partir. A mulher, encarregada de cuidar dos filhos e do marido, protetora do lar e dos costumes, representava uma memória daquele mundo rural que ficara para trás. Na cidade, essa imagem feminina era violentada, ao ter de se submeter ao trabalho das fábricas, das minas, nas piores condições. Segundo, a moral operária também era influenciada por uma cultura burguesa, vitoriana, onde a mulher ideal era aquela que se preparava para o casamento

enquanto dedilhava músicas de Chopin ao piano. Esse ideal burguês estava muito distante da realidade operária, mas contribuía para associar o trabalho braçal feminino a um processo de desagregação e bestialização do “sexo frágil”. Por último, a moral operária também era influenciada pelos ideais socialistas. O **Manifesto Comunista**, de Marx e Engels, afirmava que os burgueses “(...) não contentes em ter as esposas e as filhas de seus proletários a sua disposição, sem falar nas prostitutas comuns, sentem grande prazer em seduzir a esposa um do outro” (Marx; Engels, 1997, p. 40). É possível inferir que o trabalho feminino era visto como uma forma de prostituição e vulgarização da mulher, já que, em seus locais de trabalho, as proletárias deveriam suportar as investidas de seus patrões. A solução apontada pelas idéias socialistas era acabar com o sistema capitalista; conseqüentemente, com o modelo de família burguesa e com a prostituição pública ou privada. As mulheres proletárias, portanto, seriam libertadas junto com o socialismo. Por essa razão, é compreensível que, mesmo dentro dos segmentos mais avançados, como o movimento socialista, o trabalho feminino não fosse visto com bons olhos e que as manifestações específicas das mulheres fossem consideradas desnecessárias, já que o socialismo, por si só, daria conta de libertá-las do jugo capitalista. Assim, verifica-se que tanto o sentimento de saudosismo de um distante mundo rural, a ideologia burguesa, quanto as concepções socialistas formavam uma moral proletária, que tendia a ser conservadora em relação ao trabalho e à participação feminina na política.

Mesmo com uma resistência dentro da classe operária, é negável que o crescente acesso das mulheres ao trabalho assalariado possibilitou o acesso a informações, à participação em ações coletivas, como associações de ajuda mútua, sindicatos e greves. E essa participação ativa contribuiu para desestabilizar os papéis sociais que as mulheres desempenhavam no espaço doméstico, despontando um crescimento das reivindicações femininas por espaços e conquistas de direitos. As operárias organizaram-se principalmente pela demanda da redução da jornada de trabalho e pelo reconhecimento profissional, já que, na maioria dos países europeus, as mulheres necessitavam da permissão do pai ou do marido para poderem trabalhar. Conforme Michelle Perrot (1998), na Inglaterra e na França foi necessária a aprovação de leis, respectivamente, em 1857 e 1907, para que as mulheres pudessem receber diretamente seus salários. A autora ainda aponta que essas aparentes conquistas femininas — no caso francês — precisam ser relacionadas ao interesse patronal nessa mão-de-obra:

“A França realiza de fato uma transição demográfica original, em que a baixa natalidade, desde o século XVIII, precede a da mortalidade, que permanece elevada até o fim do século XIX. No próprio momento em que a industrialização cria uma forte necessidade de mão-de-obra, a balança demográfica mal se equilibra e, nos anos 1870, ela toca o déficit. O patronato era, por conseguinte, favorável ao trabalho das mulheres, como o era ao dos estrangeiros, cujas migrações começam maciçamente sob o Segundo Império (belgas, italianos)” (Perrot, 1998, p. 99-100).

Esses exemplos dão conta do quanto a inserção feminina no mundo do trabalho estava associada à necessidade de mão-de-obra. Entretanto qualquer tentativa de entender esse processo como decorrência apenas da necessidade de mais trabalhadores resultaria insuficiente. Isto porque a forma como a inserção ocorreu não dependeu apenas de uma necessidade maior ou menor de mão-de-obra. Se, de um lado, o sistema capitalista em expansão necessitava do trabalho feminino, de outro, existia uma resistência à profissionalização das mulheres de diferentes segmentos da sociedade, tanto do operariado quanto da burguesia.

Igualmente, mulheres das camadas médias passaram a assumir profissões que outrora eram exclusivamente masculinas: profissionais liberais, jornalistas, professoras. Nesse caso, não se pode atribuir esse ingresso a uma necessidade de mão-de-obra, mas à formulação de novos paradigmas culturais que passaram a exercer um tensionamento nas relações de gênero ao ampliar a atuação feminina para além do mundo doméstico. O acesso à instrução foi fundamental para que, através da leitura e da escrita, se iniciasse um processo de propagação dos primeiros ideários feministas. Em meados do século XIX, verificou-se a existência de diversos jornais dirigidos por mulheres, ou para esse público-alvo, que já não

se limitavam à divulgação de contos, romances e receitas de bolo. Buscavam, sobretudo, discutir o papel feminino na sociedade, reivindicar direitos civis e divulgar as idéias emancipatórias. As leitoras desses periódicos eram professoras, artistas, profissionais liberais ou simplesmente donas-de-casa com algum grau de instrução. O mundo da política, da Filosofia, da ciência, foi desafiado pelas mulheres. No final do século XIX e princípio do XX, surgiu uma produção teórica que procurou discutir as origens da opressão feminina através da ótica das próprias oprimidas. No entanto, as mulheres das camadas médias também encontravam resistências na luta por sua emancipação, já que, de acordo com a moral burguesa, o ideal de família passava a ser afetado pela presença feminina no mundo do trabalho, pois significava uma ruptura com a antiga divisão entre as esferas do público (reservada aos homens) e do privado. Igualmente, algumas de suas propostas, como o direito ao voto e o acesso à educação, soavam distantes para a grande maioria das mulheres das camadas populares. Contudo essas novas experiências — das mulheres proletárias e das camadas médias — no mundo do trabalho contribuíram, ainda que por trajetórias distintas, para a rediscussão dos papéis femininos na sociedade.

Dessa forma, é possível afirmar que o avanço do sistema capitalista incidiu para estruturar novas relações sociais de gênero. A Revolução Industrial utilizou-se, em larga escala, da mão-de-obra feminina diante da possibilidade de uma maior extração da mais-valia. Esse processo acentuou a exploração da mulher na sociedade, pois o capitalismo evidenciou para o âmbito do mundo público a discriminação que as mulheres enfrentavam no mundo privado. Todavia o ingresso das mulheres na produção possibilitou um crescente movimento de organização das trabalhadoras, que passaram a reivindicar direitos iguais e a transformação de um sistema que as oprimia pela sua condição de mulher e de trabalhadoras. Ao mesmo tempo, o crescente acesso à instrução contribuiu para incrementar a luta pela emancipação feminina a partir das camadas médias da sociedade, através do acesso feminino a profissões que anteriormente eram exclusivas dos homens.

Como resultado, verifica-se, já no século XIX, a existência de dois movimentos paralelos: de um lado, a discussão sobre a situação da mulher proletária, centrada nas questões da desigualdade de direitos trabalhistas e na exploração da mão-de-obra; de outro, a organização de mulheres pertencentes principalmente aos segmentos médios, intelectualizadas, com o objetivo específico de lutar pela emancipação feminina e a pela conquista de direitos civis. Apesar de diferirem na origem e nos objetivos, esses dois movimentos apontavam para uma direção comum: a sociedade precisava rediscutir os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Cada greve encabeçada por operárias e cada periódico ou manifestação das feministas contribuíam para criar uma cultura de contestação. Por que a sociedade sempre havia sido dirigida e pautada pelos homens? Se as mulheres estavam demonstrando iguais condições de produzir, pensar e trabalhar, por que razão não haveriam de ter os mesmos direitos?

Pouco a pouco, os Estados viram-se obrigados a reconhecer essas reivindicações. Assim, na primeira metade do século XX, a maioria dos países aprovou o sufrágio universal, luta encabeçada pelas feministas desde o século XIX.

Seria então possível afirmar que existiu uma ligação direta entre o feminismo e as organizações de mulheres do século XIX com o movimento feminista que irrompeu no mundo, a partir da década de 60 do século XX? Há uma tentação dos historiadores em compreender esse processo como uma linha progressiva. As feministas do século XX seriam “herdeiras” das sufragistas, das sindicalistas e das primeiras intelectuais que lutaram pela emancipação das mulheres.⁴ Por outro lado, é preciso compreender que, embora o termo feminismo já fosse utilizado na época, se trata de movimentos diferentes tanto no conteúdo das suas reivindicações quanto nas táticas de lutas.

⁴ Aludem-se, especialmente, as obras que pretendem fazer um apanhado da história do feminismo, como é o caso do livro de June Hanner (1978), **A Mulher no Brasil**; igualmente o livro de Maria Amélia Teles (1993), **Breve História do Feminismo no Brasil**.

Entretanto, embora não seja adequado estabelecer uma correlação direta entre as primeiras aspirações feministas — século XIX e início do XX — e os movimentos que eclodiram, no mundo, a partir dos anos 60, é fato que, a partir dessas primeiras manifestações, começou a se formar, em toda a sociedade, um caldo de cultura que passou a questionar e a desestruturar as relações de gênero vigentes. Alguns fatores contribuíram para formular novas relações entre homens e mulheres: o acesso ao mundo do trabalho, em atividades produtivas e remuneradas; a crescente escolarização; a abertura da participação política feminina, através de partidos políticos, associações e sindicatos; a expansão de uma produção intelectual dedicada a discutir as desigualdades entre homens e mulheres; a divulgação das idéias feministas através de periódicos e de outras publicações.

Contudo o ingresso maciço das mulheres no mundo do trabalho não teve como efeito imediato a tão almejada emancipação e o reconhecimento da igualdade entre os sexos. Ao contrário do que imaginavam as sufragistas, o acesso ao trabalho e a conquista de direitos civis não haviam elevado as mulheres à condição de iguais. Como compreender esse fenômeno? O que faltava às mulheres? No ano de 1949, Simone de Beauvoir (1980) lançou um livro emblemático: **O Segundo Sexo**. Nele, a autora constatava que, apesar das conquistas civis e do ingresso no trabalho, as mulheres ainda se encontravam presas a um mundo exclusivamente feminino:

“Não se deve, entretanto, acreditar que a simples justaposição do direito de voto a um ofício constitua uma perfeita libertação: hoje o trabalho não é a liberdade. Uma senhora importante e bem pensante fez recentemente um inquérito entre as operárias das fábricas Renault; afirma que preferem ficar em casa a trabalhar na fábrica. Sem dúvida, pois elas só conseguem a independência econômica no meio de uma classe economicamente oprimida; e por outro lado as tarefas realizadas na fábrica não as dispensam dos cuidados do lar. Na hora atual (...) em sua maioria as mulheres que trabalham não se evadem do mundo feminino tradicional; não recebem da sociedade, nem do marido, a ajuda que lhes seria necessária para se tornarem concretamente iguais aos homens” (Beauvoir, 1980, p. 450).

Sua análise representou um salto qualitativo do pensamento feminista. A autora questionava que a simples concessão de direitos civis colocasse as mulheres em condições de igualdade com os homens. De fato, percebia que o direito ao voto não fora acompanhado de uma ampliação da participação política feminina em espaços de poder. Acrescentava que seria necessária uma modificação na divisão sexual do trabalho doméstico para que — de fato — as mulheres pudessem libertar-se das obrigações que lhes eram impostas pela sua condição sexual. Esse acúmulo de tarefas justificaria por que muitas mulheres preferiam ser donas-de-casa a exercer um trabalho remunerado. A remuneração não compensava uma dupla jornada de trabalho. Beauvoir, indiretamente, questionava um outro pilar da organização social: a divisão entre trabalho produtivo e trabalho considerado “não produtivo”. Como o trabalho doméstico não produz mais-valia, ele é desvalorizado socialmente e está associado à esfera feminina por se compreender que cabem à mulher os cuidados com a reprodução, com a prole e sua sobrevivência.

Ao diagnosticar que a inserção no trabalho não havia sido suficiente para a libertação feminina, Beauvoir atentava para uma questão fundamental: as mulheres não se enxergavam como sujeitos. Elas não possuíam uma identidade social própria; não eram capazes de se enxergar como sujeito que era objeto de condições específicas de opressão geradas pela sua condição de sexo. Nesse sentido, a contribuição de Simone de Beauvoir para a formulação de um discurso feminista foi primordial, pois ela chamou atenção para o fato de que a luta de classes não libertaria, automaticamente, as mulheres. Era necessário construir um “ser mulher”, um “sujeito feminino” que fosse capaz de identificar suas problemáticas peculiares. Assim, pela ótica de Beauvoir, a sociedade não era dividida somente em classes, mas também em sexos, e a existência de uma divisão sexual do trabalho era um problema que não seria superado sem que as mulheres adquirissem uma consciência da sua opressão específica:

“Em verdade, a natureza, como realidade histórica, não é um dado imutável. Se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria,

esse retorno. Os proletários dizem ‘nós’. Os negros também. Apresentando-se como sujeitos, eles transformam em ‘outros’ os burgueses, os brancos. As mulheres — salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas — não dizem ‘nós’. Os homens dizem ‘as mulheres’, e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito” (Beauvoir, 1980, p. 13).

Essa análise foi fundamental para a formulação de um discurso político feminista. O livro de Beauvoir cruzou fronteiras, e suas constatações tiveram uma influência decisiva nos diversos movimentos de caráter feminista que passaram a se aglutinar a partir dos anos 60.

O problema da ausência de uma consciência da opressão vivida pelas mulheres foi igualmente abordado pela autora norte-americana Betty Friedan. Durante a Segunda Guerra Mundial, milhares de mulheres norte-americanas haviam sido conclamadas a ocupar o lugar de seus maridos no mercado de trabalho para suprir a necessidade de mão-de-obra. Com o fim do conflito, os anos 50 registraram um verdadeiro movimento de “volta ao lar”. As mulheres eram chamadas a reassumir seus postos de mães e esposas, guardar seus diplomas universitários nas gavetas e gozar dos benefícios disponíveis para as norte-americanas. Ao invés de manipular máquinas em fábricas e escritórios, manejariam dezenas de parafernalias domésticas que a indústria da sociedade de consumo colocava à sua disposição. Como conseqüência, no final dos anos 50, a ciência e a psicanálise buscavam desvendar misteriosas doenças femininas que levavam boa parte das mulheres norte-americanas a apresentarem “distúrbios comportamentais”. Mesmo rodeadas dos mais avançados eletrodomésticos, filhos e marido, elas se encontravam insatisfeitas com suas vidas. Betty Friedan dedicou-se a elucidar esse sentimento de insatisfação, ao qual chamou de “o problema sem nome”, no célebre livro **Mística Feminina**:

“As que sofrem desse mal têm uma fome que o alimento não pode saciar. E esta ânsia existe em mulheres cujos maridos são médicos internos, funcionários de repartições, ou prósperos doutores e advogados; em esposas de operários ou executivos, ganhando de cinco a cinquenta mil dólares anuais. (...) A mulher que sofre deste mal, e em cujo íntimo ferve a insatisfação, passou a vida inteira procurando realizar seu papel feminino. Não seguiu uma carreira (embora as que o façam talvez tenham outros problemas); sua maior ambição era casar e ter filhos. (...) E as que terminaram a faculdade, as que sonharam algo além da vida doméstica, serão as que mais sofrem? Segundo os especialistas, sim” (Friedan, 1971, p. 26-27).

Segundo Betty Friedan, as mulheres estavam vivendo um impasse, porque, embora suas vidas estivessem em total compasso com as imagens de donas-de-casa felizes e realizadas propagandeadas pelos meios de comunicação, se encontravam profundamente infelizes. E esse descontentamento era diagnosticado por médicos, psicólogos e sociólogos como um “desajuste”. Sofrimento, ânsia, insatisfação eram os sentimentos que definiam o estado de muitas mulheres no decorrer dos anos 60. O espaço doméstico tornava-se pequeno para seus anseios. O acesso à educação universitária abriu, para muitas, a possibilidade de uma carreira. Contudo precisariam enfrentar o desafio de trabalharem sem deixar de lado suas funções femininas. No prefácio do livro **Mística Feminina**, a própria autora relatava a seus leitores e leitoras o sentimento de remorso que a perseguia por ser esposa e mãe de três filhos pequenos e trabalhar fora de casa, deixando, em muitos casos, de dedicar seu tempo e energia à família.

O crescente número de mulheres que sofriam do “problema sem nome” pode ser associado a um processo de conscientização da sua condição de opressão. Essa insatisfação com os papéis sociais destinados às mulheres está presente em diversos momentos do livro, através de depoimentos recolhidos pela autora, como o de uma senhora da alta sociedade que teria declarado: “(...) o problema é ser sempre a mamãe dos filhos, ou a senhora do ministro, nunca eu própria”.

Em meados do século XX, a imagem da mulher ideal, associada ao casamento e ao cuidado com os filhos, ainda era um entrave à emancipação feminina. A utilização dessa imagem acabou por “naturalizar” e tornar ahistóricas as relações desiguais no mundo do trabalho, que nada mais são do que construções sociais. Assim, a trajetória feminina em busca do seu reconhecimento enquanto trabalhadoras foi e ainda

é perpetrada por caminhos tortuosos, com refluxos e avanços que não dependem apenas da sua vontade e organização, mas de uma correlação com as forças produtivas vigentes.

Trabalho, emancipação e feminismo: o caso brasileiro

Durante o fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o crescente processo de urbanização e industrialização provocou mudanças significativas nas estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade brasileira. A crise do sistema agrário-exportador fez com que muitos trabalhadores do campo viessem para as cidades em busca de trabalho. A consolidação do sistema capitalista repercutiu diretamente na vida das mulheres. Estas passaram a ser vistas como mão-de-obra em potencial, fosse nas terras como trabalhadoras diárias⁵ ou nas fábricas como operárias. Entretanto a incorporação definitiva das mulheres no processo produtivo não significou uma conquista de igualdade nas relações entre homens e mulheres. Ao contrário, em um país estruturado pelo patriarcalismo, os conceitos misóginos apregoados pela religião, pela ciência e pela família contribuíram para a consolidação de papéis sociais desiguais no mundo do trabalho. O ingresso das mulheres no mercado de trabalho explicitou os antagonismos de gênero e classe social que já estavam presentes na sociedade brasileira desde o período colonial.

Através de estudos históricos mais recentes, é possível analisar que, no Brasil, o acesso das mulheres ao trabalho remunerado começou a se massificar nas primeiras décadas do século passado, associado, indubitavelmente, à implementação da industrialização, à crescente urbanização que necessita ampliar setores de prestação de serviços e à maior escolarização da população feminina. Junto com esses fenômenos, ocorreu também o crescimento de organizações de trabalhadoras em busca de seus direitos.

O trabalho de Margareth Rago, **Do Cabaré ao Lar — A Utopia da Cidade Disciplinar**, é um estudo que contribuiu muito para descortinar a vida das mulheres operárias no Brasil. Trata-se de uma pesquisa sobre a cultura popular da classe operária durante a República Velha, seu protagonismo social, as relações de poder interclasse e as formas de disciplina e controle do Estado e do poder privado sobre os operários. Sua originalidade reside em munir-se de contribuições teóricas diferenciadas (de E. P. Thompson a Michael Foucault) para traçar um panorama do cotidiano operário do final do século XIX a 1930. O capítulo intitulado **A Colonização da Mulher** aborda as contradições entre o modelo feminino idealizado pela burguesia e a realidade das mulheres trabalhadoras. Segundo a autora, em meados do século XIX, o modelo normativo de mulher pregava novas formas de comportamento e etiqueta, dirigidas, inicialmente, às mulheres da elite e, paulatinamente, às das classes trabalhadoras. Tratava-se de exaltar as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Quanto mais a mulher escapava da vida doméstica para ocupar espaços no mercado de trabalho, mais a sociedade burguesa cobrava a permanência no lar, o cuidado com o marido e com os filhos, convocando a população feminina a assumir seu verdadeiro papel. Havia, portanto, uma contradição entre a necessidade econômica da mão-de-obra feminina e a moral burguesa:

“Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho” (Rago, 1985, p. 62).

Uma das tentativas de normatização do comportamento feminino operava através do convencimento de que as mulheres eram dotadas de uma vocação natural para a maternidade. Conforme Margareth Rago,

⁵ Sobre este tema, ver Silva (1997).

o discurso médico procurava, através de teses e campanhas, persuadir as mulheres — tanto da classe alta como das camadas populares — a assumirem sua função natural de criação e educação dos filhos. A autora cita um trecho da tese de conclusão do curso de medicina de um sanitarista da época, chamado Vitorino Assunção, intitulada **Garantia Sanitária da Prole**, de 1909:

“A mulher que contrai casamento deve ser convencida das leis naturais e morais que obrigam-na a exercer o círculo completo das funções de mãe. Se a isto recusar é que há uma falsificação dos sentimentos contrariando as manifestações naturais e sacrificando o dever que é sacrificar a si, a prole e a humanidade” (Assunção apud Rago, 1985).

Dessa forma, percebe-se como era construído um discurso, embasado na ciência, para exercer um controle sobre a sexualidade feminina. A mulher que fugisse aos padrões normativos da época, que preferisse o trabalho ou o estudo à maternidade, não estaria exercendo seu verdadeiro papel social, vinculado não à produção, mas à reprodução de mão-de-obra.

Ao mesmo tempo, o movimento operário via no trabalho da mulher uma ameaça ao emprego masculino. Quando as mulheres operárias protagonizavam movimentos de protesto contra a exploração que sofriam nas fábricas, os líderes do movimento ressaltavam o despreparo e a desorganização das trabalhadoras, consideradas inaptas para o trabalho e para a organização do movimento sindical. O lugar natural das mulheres era a “retaguarda”, a reprodução e o cuidado com os homens que um dia fariam a revolução:

“Estabelece-se então uma relação pedagógica, paternalista, de subordinação da mulher frente ao homem, exatamente como no interior do espaço doméstico. O pai, o marido, o líder devem ser obedecidos e respeitados pelas mulheres, incapazes de assumirem a direção de suas vidas individuais ou enquanto grupo social oprimido. Fenômeno que evidentemente não consideramos específico do movimento operário que se constitui no Brasil, nem deste momento histórico” (Rago, 1985, p. 68).

Apesar da convergência de discursos entre o poder político institucional e o movimento operário, é possível perceber que, no interior do operariado, surgiram posições divergentes quanto aos papéis sociais femininos. Muitas lideranças anarquistas — na sua maioria mulheres — passaram a questionar a reclusão feminina ao lar e à maternidade. Entre os anarquistas, havia defensores ferrenhos da educação feminina, considerada uma arma para a libertação: “(...) a educação da mulher trabalhadora aparece como instrumento de luta contra as classes dominantes, contra o poder da Igreja e contra o Estado” (Rago, 1985, p. 97).

Para além das mulheres operárias, as que pertenciam às classes médias começaram a ocupar espaços no mercado de trabalho a partir do magistério. O papel de mãe e esposa, responsável pelo cuidado com os filhos, foi paulatinamente sendo associado ao papel de educadora. Essa tese é defendida no trabalho de Guacira Lopes Louro, intitulado **Mulheres na Sala de Aula**, que demonstra o processo de feminilização do magistério a partir do fim do século XIX, com a abertura das primeiras escolas normais para formação de docentes. Essas escolas, conforme Guacira, passaram a receber e a formar mais mulheres que homens. O fato de os homens abandonarem o magistério estava vinculado ao processo de urbanização e industrialização que possibilitava outras oportunidades de trabalho para a população masculina.

A participação das mulheres no magistério foi contestada por elementos da sociedade burguesa, que consideravam uma insensatez entregar às mulheres — com cérebros menos desenvolvidos que os homens — a responsabilidade pela educação das crianças. Contudo o argumento de que o magistério não subvertia a função natural da mulher, educar os filhos e as filhas, passou a justificar o abandono da docência por parte dos homens. Mas o exercício do magistério, assim como toda e qualquer ocupação feminina fora do espaço doméstico, precisava ser normatizado:

“Mesmo o trabalho das jovens das camadas populares nas fábricas, no comércio ou nos escritórios era aceito como uma espécie de fatalidade. Ainda que indispensável para a sobre-

vivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar. As jovens normalistas, muitas delas atraídas para o magistério por necessidade, outras por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade” (Louro, 1997, p. 453).

A partir desses dois trabalhos, é possível perceber as contradições de uma sociedade que necessitava incorporar as mulheres no mundo do trabalho, mas que temia a desagregação moral e sexual da população feminina. As mulheres das classes populares necessitavam trabalhar, mas conviviam com a culpa de não cumprirem com seu verdadeiro papel, de mãe e esposa. O estabelecimento de ocupações ditas femininas contribuiu para apaziguar esse conflito, permitindo que muitas mulheres pudessem desempenhar funções no mercado de trabalho, desde que estas fossem compatíveis com o casamento e com a maternidade. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, consolidou-se um modelo de divisão sexual do trabalho que relegou as ocupações femininas a atividades secundárias, complementares da renda familiar, menos importantes, por isso, menos remuneradas. A propagada incapacidade natural feminina para o trabalho justificava a desigualdade salarial entre mulheres e homens. Apesar da massiva presença de mulheres em determinados segmentos da produção (como nas tecelagens, por exemplo), elas constituíam uma minoria entre as lideranças sindicais, fato determinante para que as reivindicações femininas fossem menosprezadas nas lutas operárias.

Verifica-se, por intermédio da historiografia acerca da situação da mulher no período aqui focado, que o discurso moralizador da família burguesa se chocava com as necessidades de utilização da força de trabalho feminina. Ao mesmo tempo, as mulheres oriundas do proletariado necessitavam trabalhar para sobreviver. Outras mulheres, das camadas sociais mais abastadas, buscavam, no exercício profissional, uma forma de driblar a dominação familiar. Havia uma contradição entre as necessidades reais da população feminina que integrava cada vez mais o mercado de trabalho e a moral burguesa, defensora de que o lar constituía o espaço genuíno das mulheres. Essas contradições passaram a ficar mais latentes com o surgimento das primeiras manifestações propriamente feministas, nas primeiras décadas do século XX.

No Brasil, à semelhança do ocorrido na Europa e nos Estados Unidos, também foi registrada a presença de mulheres que, ainda no século XIX, eram defensoras do voto universal e da conquista de direitos civis. No Rio de Janeiro, chegaram a existir alguns periódicos feministas, como relata Maria Amélia de Almeida Teles (1993).

Nas primeiras décadas do século XX, foi criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz, que, em 1918, empreendeu as primeiras campanhas em defesa do voto feminino através da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Foram as mulheres letradas que elaboraram, primeiramente, um discurso feminista no Brasil, visivelmente influenciadas por movimentos da Europa e dos Estados Unidos. Em abril de 1922, Bertha Lutz participou de um congresso feminista nos Estados Unidos. Cabe ainda destacar que sua formação como bióloga ocorreu na Europa, onde pôde tomar amplo contato com as idéias feministas. Nesse mesmo ano, em agosto, foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que passou a exercer um papel importante na defesa dos direitos civis, participando ativamente da redação do Código Eleitoral publicado por Getúlio Vargas em 1932, garantindo às mulheres o direito ao voto.

Diferentemente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, as mulheres operárias, influenciadas pelo anarquismo, estavam mais preocupadas com a sua condição de exploradas. Céli Pinto (2003), em seu livro **Uma História do Feminismo no Brasil**, utiliza diversos exemplos, como o manifesto da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, publicado em 1920, no Rio de Janeiro, para afirmar que as operárias reconheciam a impossibilidade de se chegar à igualdade sem reconhecer que as diferenças entre os sexos estruturavam as desigualdades presentes nas relações de trabalho. Assim, a autora

defende que, no cerne das discussões encabeçadas pelas anarquistas, se encontravam dois elementos fundamentais para a luta das mulheres no século XX:

“O primeiro, e mais importante deles, é a clara presença da identificação de uma relação de dominação dos homens sobre as mulheres: o poder dos homens se calcava sobre a exploração das mulheres (...). O segundo ingrediente importante (...) é a centralidade da questão do trabalho” (Pinto, 2003, p. 36).

De fato, a questão do trabalho nem sempre foi levantada com primazia pelos movimentos de mulheres no Brasil. Contudo é fato que esses movimentos e a formulação de um discurso feminista estão associados ao processo de consolidação do capitalismo industrial e às suas conseqüências: urbanização, escolarização feminina e inserção no mundo do trabalho. A Tabela 1 mostra o gradual ingresso das mulheres na População Economicamente Ativa, entre as décadas de 40 e 80 do século XX.

Tabela 1

Estrutura da População Economicamente Ativa, por sexo, no Brasil — 1940-1980

SEXO	1940	1950	1960	1970	1980
Homens	81,0	85,5	82,5	79,0	73,0
Mulheres	19,0	14,5	17,5	21,0	27,0

FONTE: IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Apesar de constatar um crescimento na participação feminina no mercado de trabalho, é preciso salientar que essa mão-de-obra se concentrava, basicamente, nos ramos de atividade com piores remunerações. Até os anos 80, 40% das mulheres trabalhavam em serviços domésticos; 20%, no setor comércio; 18%, na área da educação; e 8%, nos serviços de saúde. Apenas 14% realizavam outro tipo de atividades. Percebe-se, desse modo, que o mercado de trabalho preservou um tipo de padrão de divisão sexual do trabalho que reservava às mulheres atividades compatíveis com suas vocações “naturais”. Tanto o trabalho doméstico quanto os serviços de educação e saúde são vistos como funções que exigem cuidado, destreza, delicadeza, qualidades estas que — conforme a cultura misógina — seriam parte da formação subjetiva das mulheres.

Destarte, a inserção no mercado de trabalho e o aumento no nível de escolaridade não foram acompanhados de uma mudança nos padrões de divisão sexual do trabalho. E esta foi uma das primeiras inquietações do feminismo no Brasil: o maior grau de escolaridade e o ingresso no mundo do trabalho não se traduziram, necessariamente, em uma melhoria de vida para as mulheres. Ao contrário, na maioria dos casos, a dupla jornada de trabalho tornava ainda mais áspera a vida cotidiana. Tampouco representou um aumento significativo na participação política institucional. Nos anos 70, elas representavam 48,5% da população brasileira. Em 1965, havia 13 candidatas à Câmara Federal. Apenas duas foram eleitas. Em decorrência do regime autoritário, em 1970 e 1974, quatro mulheres candidataram-se ao cargo de deputada, sendo que apenas uma foi eleita (Brasil, 2000).

Conforme dados do **Censo Demográfico de 1985**, entre 1970 e 1985, o contingente de trabalhadoras triplicou, aumentando de 6 milhões para 18,5 milhões de pessoas. Influência dessa “nova onda” feminista que assolava o País? É difícil quantificar até que ponto o discurso feminista está relacionado a um aumen-

to da participação feminina no mercado de trabalho. Trata-se de um conjunto de fatores, que vão desde o avanço dos métodos de contracepção, o aumento da escolarização e, juntamente com isso, a formação de uma nova cultura que — de forma lenta e gradual — absorvia elementos do discurso emancipatório feminista.

A reivindicação por igualdade política e econômica estava presente no discurso feminista desde seus primórdios; entretanto, a partir dos anos 60, esse movimento ganhou novos contornos transformadores. É preciso lembrar que os anos em questão foram um período de efervescência cultural em todo o mundo. O movimento de maio de 1968 despertou, especialmente na juventude, a ânsia de construir uma nova sociedade. E, para que esta existisse, seria necessário derrubar tabus e preconceitos. Foi nessa onda libertária que uma diversidade de novos movimentos sociais começaram a discutir publicamente questões que antes eram reservadas, quando muito, aos divãs dos psicanalistas. O direito à liberdade sexual foi uma das tônicas desses movimentos. A bandeira foi imediatamente incorporada pelas feministas, já que o advento da pílula anticoncepcional garantia, pela primeira vez na história da humanidade, que as mulheres exercessem um método totalmente seguro de controle da gravidez. A possibilidade de poder optar em ter ou não filhos, de planejar a maternidade, teve um importante significado para as mulheres. Um dos seus reflexos é a maior participação feminina no mercado de trabalho, bem como o aumento de sua presença em universidades, na política e no cenário cultural.

Uma vez que o sexo deixou de ser sinônimo de filhos, era possível também reelaborar seu significado. As feministas trouxeram para o debate público o tema do prazer conjugal. Em 1980, Marta Suplicy — na época, Psicóloga e feminista — estreou o quadro Comportamento Sexual, no programa TV Mulher, transmitido pela Rede Globo. Assuntos como orgasmo, desejo sexual, métodos anticoncepcivos passaram a ser debatidos em rede nacional. Na mesma década, essa emissora exibiu o programa Malu Mulher. A atriz Regina Duarte vivia situações típicas do cotidiano das brasileiras: problemas conjugais, a luta pelo emprego e pela sobrevivência, criação dos filhos, violência doméstica, dentre outros. Todavia, uma década antes, os grupos feministas já discutiam essas temáticas entre quatro paredes. Pouco a pouco, elas foram tornadas públicas. Primeiro, de forma tímida e com pouco alcance, em panfletos e textos de discussão. Depois, foram pauta dos diversos jornais feministas que circularam no País, como o Nós Mulheres e o Brasil Mulher. O slogan “Nosso corpo nos pertence”, utilizado por diferentes grupos em todo o País, resumia o ideário de emancipação e autonomia das feministas.

Desse modo, os debates sobre a autonomia e a emancipação da mulher ganharam novos aliados: os espaços público e midiático. Contudo a opressão de gênero transformou-se em um problema político e cultural que levava a questionar as próprias estruturas sociais. E, talvez por seu caráter de profunda contestação, o movimento feminista acabou rapidamente saindo de moda, dos noticiários e dos programas de TV. E, nos anos 90, o Brasil assistiu a um outro tipo de onda: o conservadorismo e a institucionalização de movimentos sociais. Temas como o direito ao aborto e a situação das mulheres no mercado de trabalho perderam espaço no debate público e restringiram-se a poucos encontros e reuniões do movimento feminista. Mas, entre refluxos e avanços, o mundo do trabalho ainda representa um duplo desafio para as mulheres. O primeiro é ingressar nele. O segundo é encontrar mecanismos coletivos que levem à superação das desigualdades de gênero cristalizadas ao longo da história na sociedade, produzidas e reproduzidas cotidianamente nas relações de trabalho.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 1 e 2.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas**. Brasília, DF: TSE, 2000. Disponível em:

<http://www.tse.gov.br/>

- DECAUX, Alain. **Historie des français**. Paris: Amiot-Dumont, 1972. v. 2.
- DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.
- HANNER, June. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- MARTINHO, Francisco C. P. Resistência ao capitalismo: plebeus, operários e mulheres. In: **O Século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.
- MARX, Karl; FIREDRICH, Engels. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Vozes, 1997.
- MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982)**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2004. (Dissertação de Mestrado).
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.
- PINTO, Celi R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (História do Povo Brasileiro).
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar — a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona à bóia-fria. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.